

ARQUIVO 4

Estudo da Demanda de um Atrativo Turístico: O caso de os "Pesque e Pague" na Microrregião de Viçosa-MG.

José Geraldo Fernandes de Araújo¹

Resumo

O objetivo deste estudo foi verificar se os "pesque e pague" na microrregião de Viçosa - MG tem contribuído, como explicita a literatura, para o incremento de renda e emprego no meio rural. Conforme os resultados encontrados, pôde-se observar que na opinião dos turistas que demandam este tipo de atrativo, o "pesque e pague" cumpre a sua função.

Palavras Chaves: Emprego, renda e "pesque e pague".

Abstract

The objective of this study consists in the verification of the economic effectiveness of a touristic activity in the rural area of Viçosa -MG, in the sense of generating increase in income and employment in the rural sector. According to the results, it is possible to observe that, for the tourists that demand this attraction type, the referred activity is useful and contributes to the regional economic development.

Key words: employment, income and "pesque e pague".

1. Introdução

Atualmente, vários estudiosos como SILVA (1997) e SCHNEIDER et al. (1995), dentre outros, vêm caracterizando as transformações recentes ocorridas nos sistemas produtivos agrícolas e nos processos de trabalho em áreas rurais. Esses pesquisadores têm evidenciado que as atividades não-agrícolas são as que oferecem maiores possibilidades de emprego e renda no

¹ Professor do Centro de Pesquisas e Recursos Humanos da UNA - CEPEDEPH - Doutor e Pós-doutor.

meio rural. Dentre essas atividades, o turismo tem sido um dos setores mais des-tacados. Como unidade de promoção turística, os “pesque e pague” têm sido uma das atividades mais promissoras para atender àquelas exigências.

Os primeiros “pesque e pague” surgiram na década de oitenta, como alternativa turística para melhorar as vendas de peixes e, por consequência a renda dos produtores, tendo em vista a alta produção e a baixa demanda no seu consumo.

Contudo, a tecnologia utilizada era inadequada e as preocupações com os atrati-vos turísticos que tornassem viável o desenvolvimento dessa atividade eram qua-se inexistentes. Com isso, a maior parte dos “pesque e pague” fechou antes mes-mo de completar um ano de existência.

Conforme relata a **Revista CPT** (1997), “há aproximadamente quatro anos, esta atividade ressurgiu no Brasil, desta vez amparada por um maior núme-ro de técnicos especializados e por uma indústria de equipamentos bastante sólida. Frequentar os “pesque e pague” hoje é uma mania nacional, princi-palmente na região sudoeste. Seu número já passa de 1000 e apesar disso o setor está longe de ficar saturado”.

Entretanto, percebeu-se que a maioria dos “pesque e pague” da região em estudo sinalizava, ainda, o uso de tecnologia inadequada, além de encontrar desprovida de qualquer assistência técnica ou orientação ambiental, o que poderia pôr em risco a sustentabilidade dessa atividade.

Esses fatos, como se sabe, poderão contribuir para tornar o empreendimento inviável para a maior parte dos proprietários de “pesque e pague” da região, prin-cipalmente quando se nota que eles são pequenos agricultores e a maior parte deles começa a fechar a sua portas.

Tendo em vista essas considerações, este trabalho objetivou descrever o perfil dos turistas que demandam os “pesque e pague” da microrregião de Viçosa-MG, assim como descrever as percepções daqueles acerca destes atrativos visitados, enquanto atividade turística e instrumento que vem possibilitar às famílias que vivem no meio rural obter um nível adequado de renda, sem perder de vista a manutenção da sustentabilidade ambiental.

Metodologia

A unidade de análise deste estudo são os turistas, frequentadores dos “pesque e pague”. A área de ação deste estudo abrangeu os municípios de Viçosa, Ubá, Ponte Nova, Visconde do Rio Branco, Piranga, pertencentes à microrregião de Viçosa-MG. (Quadro 1).

Quadro 1. Relação dos municípios estudados, população urbana e rural e número de “Pesque e Pague”.

Municípios	População Urbana	População Rural	População Total	Nº de “pes-que e pague”
VIÇOSA	46456	5202	51658	2
UBÁ	54051	12460	66511	4
PONTE NOVA	45820	10858	56678	3
VISCONDE DO RIO BRANCO	21040	7411	28451	2
PIRANGA	3860	12472	16332	1

Dados: Censo IBGE, 1991.

Para obtenção das informações necessárias a este estudo, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: análise documental, história oral e entrevista semi-estruturada, com aplicação de questionários aos visitantes dos “pesque e pague”. “A escolha do dia de aplicação dos questionários bem como dos turistas entrevis-tados, foi aleatória”.

Resultados

A idade média dos frequentadores dos “pesque e pague” foi de 35 anos. Entretan-to, pôde-se observar uma variação etária entre 15 e 78 anos entre os visitantes de os” “pesque e pague”. Dos turistas entrevistados, a maior parte era solteiros (48,2%); casados, (44,7%); o percentual restante estava distribuído entre viúvos (3,5%), divorciados (2,4%); amasiados (1,2%).

Quanto às categorias profissionais que demandam este atrativo, pôde-se obser-var que 29,4% dos visitantes eram profissionais autônomos em serviços gerais; 22,4% eram estudantes; 18,8% assalariados do comércio; o percentual restante estava distribuído entre funcionários públicos (7,1%), profissionais liberais (11,8%), aposentados (7,1%) e outros (3,5%).

No que tange ao nível de escolaridade dos visitantes, pôde-se notar que 29,4% deles apresentavam o 2º grau completo; 28,2% nível superior ou cursando este nível; 8,2% tinham o primário; 7,1% o primeiro grau incompleto e 8,2% o primeiro grau completo.

Quando se procurou avaliar a renda mensal (salário) recebida pelos visitantes, pôde-se verificar que ela estava assim constituída: 18,8% recebiam entre 0 e 120 reais; 17, % entre 120 e 240 reais; 24,7%, entre 240 e 600 reais; 14,1 %, entre 600 e 1200 reais; 17,6%, entre 1200 e 2400 reais e 7,1 %, acima de 2400 reais.

Pôde-se notar, ainda, quando se procurou avaliar a frequência dos visitantes aos “pesque e pague” que 51,8% dos entrevistados eram frequentadores assíduos de certos “pesque e pague”; os restantes 48,2% não apresentavam assiduidade a qualquer dos “pesque e pague” estudado.

Quando aos critérios utilizados pelos entrevistados para escolha de um “pesque e pague” a ser visitado, pôde-se observar que, na maior parte das vezes, baseavam-se em dois critérios básicos: a distância e o conforto, critérios estes citados por 35,3% e 29,4% dos entrevistados respectivamente. O percentual restante considerava os critérios: preços (17%); comparação com outros “pesque e pague” (4,7%); outros serviços adicionais, como bar, quadras de futebol, música, etc. -(12,9%). Aqueles turistas que consideravam a distância como critério de seleção para visitação justificou este critério “como menos cansativo” e “pela facilidade de retorno”.

Quando procurou saber quanto cada visitante gastava nessas visitas, observou-se que 76,5% deles gastavam entre 0 e 30 reais; 23,5%, entre 31 e 60 reais. Não foi constatado nenhum turista que gastasse mais de 60 reais em suas visitas aos “pesque e pague” da região.

Entre as espécies de peixes mais procurados pelos turistas, destacaram-se o Pacu, Tambaqui e a Traira.

No tocante ás vantagens que os “pesque e pague” poderiam trazer para a região, 26.6% dos visitantes acreditavam que eles eram uma alternativa de lazer e de desenvolvimento cultural a mais; 23,55 enfatizaram uma maior circulação de pessoas e de recursos financeiros; 27,1%, aumento de emprego na região; 17,6% acreditavam que os “pesque e pague” não trariam nenhuma vantagem para a região; e 7,1% não souberam ou não quiseram responder”.

Quando aos aspectos ligados a infraestrutura e a segurança, a maioria dos visitantes esperavam que os proprietários dos “pesque e pague” investissem mais nestes dois itens. Contudo, quanto se procurou saber se, para isso estariam dispostos a pagar mais por essas melhorias, 24,7% afirmaram que sim e 75,3% afirmaram negativamente, justificando que o preço cobrado pelos serviços estavam alto, o suficiente para que estes serviços fossem prestados adequadamente.

Conclusões

Observou-se que os “pesque e pague” quando geridos de modo eficiente, podem contribuir para a economia regional, enquanto atividade turística geradora de renda e emprego no meio rural, em razão de demandar um número razoável de funcionários para sua manutenção.

Para tanto, deverão ser vistos como áreas naturais, nas quais se procura preservar a integridade do ecossistema, proporcionando oportunidades econômicas para o proprietário, que, por sua vez, procurará promover o bem-estar dos turistas, além de ajudar na conservação da natureza.

Referências Bibliográficas

- ACERANZA, M. *Promoção Turística: um enfoque metodológico*. São Paulo: Pioneiras, 1991. 147p.
- JÚNIOR, M.V.V. *Pesque e Pague: uma nova opção de investimento na piscicultura*. Tecnologia e Treinamento Agropecuário (CPT). Viçosa -MG, n.º 3, ano 2, março/97.
- SCHNEIDER, S & NAVARRO, Z. *Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural*. Anais, Poços de Caldas, SOBER, 1978, p 617-633.
- SILVA, G. *O novo rural brasileiro*. Nova Economia. Belo Horizonte, V.7, n.º 1, maio/97.